

TRAGÉDIA NO SUL

A atração de investimentos para o povo gaúcho foi prioridade na agenda internacional. Além da reconstrução do estado, aporte será destinado para mudanças climáticas

Alckmin volta da China com R\$ 10 bi para o RS

» VICTOR CORREIA

A comitiva brasileira ao Oriente voltou com mais de R\$ 10 bilhões em investimentos diretos para a reconstrução do Rio Grande do Sul. Parte dos recursos, R\$ 5 bilhões, virá de um aporte emergencial firmado entre o Ministério da Fazenda e o Banco Asiático de Investimentos e Infraestrutura (AIIB). Outra parte virá de um financiamento do New Development Bank (NBD), o “Banco do Brics”, no valor de R\$ 5,7 bilhões.

Ao todo, a missão à China somou mais de R\$ 24,6 bilhões em financiamentos para o Brasil, voltados principalmente para obras de infraestrutura. Da Arábia Saudita, os ministros trazem um acordo de cooperação em Defesa, pactos para fomentar o investimento privado e para promover a venda de produtos brasileiros em mercados sauditas.

“Concluímos esta missão à China com resultados muito satisfatórios. Garantimos mais de R\$ 24,6 bilhões em financiamentos para projetos diversos no Brasil, com foco significativo na reconstrução do Rio Grande do Sul”, comentou o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, que liderou a iniciativa brasileira. “Tenho certeza que a reconstrução do estado será maior do que a destruição”, acrescentou.

Como adiantou o **Correio**, a atração de investimentos para o povo gaúcho foi prioridade na agenda internacional. Devastado por enchentes, o Rio Grande do Sul precisará de grandes quantidades de recursos para recuperar sua infraestrutura e, principalmente, as moradias levadas pela água.

No entanto, além de reconstruir o estado, um grande aporte será necessário na adaptação para as mudanças climáticas, visando mitigar futuros desastres. Segundo um levantamento publicado no final de maio pela consultoria Bateleur, será necessário entre R\$ 110 bilhões e R\$ 176 bilhões para reparar a infraestrutura gaúcha.

O valor mais conservador leva em conta a recuperação de um terço da estrutura no estado — considerada destruída — com impacto

Flickr/ Mdic



Ministros firmam pacto de cooperação em Defesa e fomento do investimento privado no país

de 0,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, e outros — 0,4% do PIB em aperfeiçoamentos.

Em Pequim, Alckmin reuniu-se com a presidente do NBD, Dilma Rousseff, na embaixada brasileira. O banco foi criado e é gerido pelos membros do Brics, que inclui o Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul e, recentemente, Egito, Etiópia, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã.

Dilma e Alckmin assinaram uma carta-compromisso que destina R\$ 2,6 bilhões diretamente ao governo do Rio Grande do Sul, além de outros R\$ 3,7 bilhões que serão fornecidos em crédito via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil e Banco Regional do Extremo Sul (BRDE).

Dilma afirmou, na assinatura do pacto, que o NBD decidiu ter uma “presença forte” na reconstrução gaúcha, e destacou que o crédito será fornecido de maneira flexível. Normalmente, bancos internacionais fazem uma série de exigências sobre como os recursos podem ser utilizados. Apesar disso, a chefe do banco de fomento frisou que não haverá imposições, apenas um monitoramento. “Neste momento é muito complicado prever inteiramente

os critérios para a reconstrução do estado”, disse a ex-presidente da República.

A captação de investimentos comandada por Alckmin rendeu ainda R\$ 4 bilhões em crédito do Banco de Desenvolvimento da China (CDB) para o BNDES, voltados para projetos de infraestrutura, adaptações à mudança do clima e economia verde.

Outros R\$ 3,6 bilhões foram firmados para ações de investimento do BNDES. O Banco de Exportação e Importação da China (Eximbank) e o Banco do Brasil também assinaram acordo de empréstimo de R\$ 2,5 bilhões, e o BB e o CDB pactuaram uma linha também de R\$ 2,5 bilhões. O rol de créditos termina com uma carta de intenção de R\$ 1,3 bilhão entre o BNDES e o AIIB.

Encontro com Xi Jinping

Alckmin foi até a China participar da 7ª Plenária da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação (Cosban), em Pequim. O encontro celebrou os 20 anos de criação da comissão e os 50 anos de relações diplomáticas entre os dois países. Foram assinados oito mecanismos bilaterais, além de 11 atos do setor privado, em áreas

incluindo agricultura, meio ambiente, indústria, infraestrutura, saúde, educação, cultura, e ciência e tecnologia.

Na sexta-feira, último dia de compromissos, o vice-presidente se reuniu com o presidente chinês, Xi Jinping, junto com ministros de ambos os países. Alckmin disse estar satisfeito com os resultados da Cosban, e destacou os investimentos chineses captados para o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Jinping, por sua vez, celebrou as cinco décadas de diálogo diplomático. “As relações China-Brasil vão além do escopo bilateral, e servem como paradigma para promover união, cooperação entre os países em desenvolvimento, paz e estabilidade no mundo”, destacou.

Acompanharam Alckmin os ministros Rui Costa (Casa Civil), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento), Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária), Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social), Márcio França (Empreendedorismo) e Paulo Teixeira (Desenvolvimento Agrário), além dos presidentes da Apex Brasil, Jorge Viana, e da Associação Brasileira do Desenvolvimento Industrial (ABDI), Ricardo Cappelli.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Os bons rapazes ainda estão perdendo na política

Um piripaque da deputada Luiza Erundina (PSol-SP), em plena sessão da Câmara — ela passa bem, felizmente —, na quinta-feira passada, impediu que fosse aprovada a toque de caixa uma proposta que proíbe a deleção premiada de quem esteja preso, ao provocar a suspensão dos trabalhos. O projeto, originalmente de autoria de um ex-deputado dormia nos escaninhos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que resolveu pô-lo em votação para agradar os deputados da oposição, que também se articulam para aprovar uma anistia para os envolvidos na tentativa de golpe de estado de 8 de janeiro.

A deleção premiada consiste em o acusado, ou o indiciado, dar detalhes sobre o crime cometido em troca de benefícios, como a progressão do regime ou a redução da pena. No momento, quem está em evidência com relação ao benefício é o ex-policial militar Ronnie Lessa, assassino confesso da vereadora carioca Marielle Franco e do seu assessor Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro. Lessa fazia parte do Escritório do Crime, um grupo de extermínio ligado a milícias e a banqueiros do jogo de bicho. O deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), seu irmão Domingos Brazão, conselheiro do tribunal de Contas do Rio de Janeiro, e o delegado da Polícia Civil fluminense Rivaldo Barbosa são acusados por Lessa de serem os mandantes do crime.

O recurso à deleção premiada foi adotado também pelo coronel Mauro Cid, ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Deputados do Centrão fazem um movimento de reaproximação com Bolsonaro, em razão das eleições municipais e da sucessão de Lira no comando da Câmara. O projeto poderia beneficiar a extrema-direita, que tem sido investiga-

da por atos golpistas, por exemplo. O texto, porém, não deixa claro se a proibição será retroativa, ou seja, se deleções premiadas já validadas serão anuladas, numa espécie de anistia disfarçada. A deleção de Mauro Cid é a peça-chave para esclarecer a participação de Bolsonaro e os generais de seu estado maior na tentativa de golpe de 8 de janeiro.

A proposta, agora apoiada pelo Centrão, foi apresentada em 2016 pelo advogado e então deputado do PT Wadih Damous, quando a então presidente Dilma Rousseff (PT) enfrentava a um processo de impeachment. À época, seu governo lidava com o avanço da Operação Lava Jato; logo depois, o senador ex-senador Delcídio Amaral faria deleção premiada, na qual denunciou malfeitos praticados no âmbito do Palácio do Planalto, do Senado Federal, da Câmara, do Ministério de Minas e Energia e da Petrobras. Pelo projeto, a deleção premiada só poderá ser validada pela Justiça caso o acusado ou o indiciado esteja respondendo em liberdade a ações em seu desfavor. Ao texto de Wadih Damous, apresentado em 2016, foram pensadas outras sete propostas que tratam da proibição da deleção premiada de presos. A mais recente delas foi protocolada no ano passado, por Luciano Amaral. Talvez volte à pauta na próxima semana.

Trouxas e trapaceiros

Segundo uma velha afirmação do beisebol, muito popular nos Estados Unidos e em Cuba, “os bons rapazes terminam em último”. Na política, também é muito comum esse raciocínio. O artilheiro, a dissimulação, a esperteza e a falta de escrúpulos parecem ser a regra do jogo predominante. Para muitos, “os fins justificam os meios”, embora essa forma de ver a política — e Maquiavel, de forma distorcida — seja responsável por quase tudo que deu errado na política, inclusive os malfeitos. No vale tudo da política, quase sempre quem perde é a sociedade.

Mas voltemos aos bons rapazes. Segundo o biólogo Richard Dawkins, o ser humano é um grande arranjo biológico, uma espécie de máquina de sobrevivência de um gene egoísta reprodutor da espécie. Para isso, porém, também precisa ser altruísta, cooperar com os demais integrantes da espécie para não entrar em extinção. É aí que os bons rapazes podem acabar em primeiro. Para explicar o raciocínio, Dawkins faz uma analogia com os pássaros de uma mesma espécie, mas com comportamentos distintos: os trapaceiros, os trouxas e os rancorosos, todos em luta com piolhos alojados na cabeça, que poderiam exterminar a espécie.

Caso existissem somente trapaceiros e os trouxas, a espécie seria extinta, porque somente o segundo cataria os piolhos alheios, o que não seria suficiente para manter o equilíbrio ecológico. Os trapaceiros não catam piolho de ninguém, nem podem removê-los da própria cabeça; com a redução da população de trouxas, todos acabariam extintos. Quando entram em cena os rancorosos, a situação se modifica. São pássaros que ajudam uns aos outros de maneira mais ou menos altruísta, mas que se recusavam a colaborar com os indivíduos que se recusaram a ajudá-los. Por essa razão, os rancorosos conseguem transmitir mais genes às gerações seguintes do que os trouxas (que ajudavam os indivíduos indiscriminadamente e por isso eram explorados) e também que os trapaceiros (que, implacáveis, tentavam explorar todo mundo e acabaram por se anular uns aos outros). Com o chamado altruísmo recíproco, a população de trouxas diminui e os trapaceiros acabam com a sobrevivência ameaçada pelo isolamento. Estamos vivendo um momento darwinista da política brasileira, no qual os bons rapazes ainda estão perdendo.

8 DE JANEIRO

Argentina desconhece a presença de foragidos

A ministra da Segurança da Argentina, Patricia Bullrich, afirmou ontem que o governo do país não tem informações sobre os brasileiros que, segundo a Polícia Federal, quebraram as tornozeleiras eletrônicas e foram para Argentina para fugir das condenações pela participação nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Nesta semana, a PF deflagrou novas diligências da Operação Lava Pátria, com o objetivo de prender 208 foragidos por envolvimento nos ataques aos Três Poderes. O órgão informou que não divulga a lista de foragidos, no entanto, a identidade de pelo menos sete bolsonaristas condenados a mais de dez anos de prisão ficaram conhecidas, após quebraram as tornozeleiras. Eles teriam fugido para Argentina e Uruguai.

Em entrevista a Rádio Mitre, da Argentina, a ministra foi questionada sobre a posição do governo comandado por Javier Milei sobre os fugitivos. Os bolsonaristas teriam entrado no país para pedir asilo político. “Não temos

nenhuma informação desse tipo”, afirmou Bullrich, que afirmou que o governo não tem “alertas vermelhos sobre essas pessoas”.

A ministra disse que, até o momento, o Ministério de Segurança não recebeu qualquer tipo de requerimento do governo brasileiro sobre a extradição dos fugitivos e que é preciso haver um pedido oficial para que seja tomada uma medida a respeito do assunto. “Por ora se mantém como uma propaganda, mas não um feito jurídico válido”, afirmou.

O entrevistador ainda questionou se a entrada dos foragidos foi confirmada, a ministra se limitou a dizer que “entram brasileiros todos os dias”, mas que não sabe “quem são, quantos são e que motivos têm”.

A ofensiva da Polícia Federal mirará quem “deliberadamente” descumpriam medidas cautelares impostas pelo Judiciário, que não se apresentaram para o cumprimento da pena ou que fugiram para outros países “com o objetivo de se furtarem da aplicação da lei penal”.

Luis Robayo/AFP



Ministra diz que não recebeu requerimento sobre a extradição

Até o início da tarde da última quinta-feira a PF já havia prendido 48 dos 208 foragidos. As diligências foram realizadas em 18 estados e no Distrito Federal.

“A Polícia Federal irá listar todos os condenados que, possivelmente, estejam na Argentina e encaminhar, via Ministério da Justiça e Segurança Pública, os pedidos de extradição. Tudo será feito em articulação com o Ministério das Relações Exteriores

e o Supremo Tribunal Federal”, informou a PF, em nota.

“A Adidância da PF em Buenos Aires está realizando articulações no âmbito policial, e os nomes dos foragidos serão incluídos na Rede Anfast de capturas da Ameripol”, completou a corporação, numa referência ao organismo internacional de polícia aos moldes da Interpol, com a participação de países das Américas.